

A cooperação técnica entre países em desenvolvimento: uma nova abordagem à cooperação multilateral para o desenvolvimento *

EDUARDO ALBERTAL e RICHARD L. DUNCAN **

1. Medidas adotadas pelas Nações Unidas; 2. O Grupo de Trabalho aceita o desafio; 3. O relatório e as recomendações; 4. O desafio para o futuro.

O desenvolvimento, visto como a busca da pedra filosofal, parece ser vítima da atual torrente de críticas e reformulações da natureza do processo de desenvolvimento e da validade dos programas de cooperação que o promovem. Esse fato não deveria ser lamentado. Entre as hipóteses implícitas nos esforços do passado para promover o desenvolvimento existia a noção de que, com suficientes recursos básicos, as elites nacionais poderiam, ajudadas por técnicos nacionais e internacionais, construir uma via de acesso rápida até a modernização através de políticas econômicas e tecnológicas racionais e projetos cuidadosamente elaborados, sustentados, por sua vez, por uma crescente infra-estrutura social e política. Economistas e outros pesquisadores sociais eternizaram este mito mediante a criação de fórmulas e modelos cuja aplicação incrementaria os índices dos fatores econômicos que fossem mensuráveis. Contudo, inclusive quando esses índices cresciam, os evasivos objetivos do desenvolvimento nacional auto-sustentado, tal como hoje o entendemos, pareciam estar tão distantes quanto o horizonte.

* Publicado com autorização da Society for International Development — SID.

** Técnicos da ONU, atuando no UNDP — United Nations Development Program, no Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento.

É muito possível que finalmente tenhamos começado a aprender que o desenvolvimento é um fenômeno muito mais complexo do que originalmente havíamos imaginado. As reações dos estudiosos ante esta simples descoberta são bastante diversas. Alguns manifestam seu desalento e aconselham o retorno a um desenvolvimento baseado na poupança e no incremento dos recursos próprios, onde eles existam. Outros estudiosos sugerem uma parada momentânea a fim de preparar novos e talvez mais complexos sistemas de planejamento racional projetados para corrigir os erros do passado. Finalmente, outros ainda sugerem que examinemos a lição do passado, em particular nossas noções errôneas, de que as mudanças socioeconômicas podem ser introduzidas facilmente e de forma isolada, e que exploremos as razões pelas quais novos obstáculos parecem surgir e multiplicar-se à medida que se superam os antigos.

Por outro lado, procedentes de novos setores, surgem aqueles que reclamam vigorosamente a nossa atenção. Os mesmos países menos desenvolvidos estão começando a forçar o mundo do desenvolvimento a enfrentar sua própria retórica sobre a dignidade da cooperação mútua, considerada como um componente indispensável da cooperação técnica e científica no processo de desenvolvimento. As premissas impostas pelos doadores, o enfoque restrito que impõem aos projetos, o limitado alcance da quantificação econômica e financeira, e os enclaves artificiais criados pela modernização, estão sendo questionados. Questiona-se, inclusive, a aplicabilidade dos enfoques adotados com êxito nos países industrialmente avançados, em relação a sua relevância para as diferentes condições do mundo menos desenvolvido.

Despojados de sua linguagem retórica os países menos desenvolvidos estão manifestando em muitos foros a convicção de que as complexas tarefas do desenvolvimento requerem um alto grau de autoconfiança nacional e um sentido objetivo do esforço próprio que foi chamado de "vontade" de se desenvolver. Durante bastante tempo tem sido crença implícita que esta "vontade" podia produzir-se automaticamente pela dramaticidade de seu enunciado, por algumas adequadas políticas de desenvolvimento, e por alguns projetos-chave cujo êxito mobilizaria o que agora sabemos que é apenas uma noção efêmera dos objetivos nacionais.

Uma revisão da história dos esforços para o desenvolvimento em geral, e da cooperação técnica em particular, indica que esse processo não ocorre de forma automática. De fato, há provas de que, em muitos casos, independente de sua intenção, a transferência internacional de técnicas fomentou um sentimento de inferioridade entre os beneficiados e criou, em consequência, uma disposição de culpar o doador de quaisquer deficiências, independente de sua causa.

Estamos começando a nos dar conta das profundas consequências práticas do declarado conhecimento convencional, no sentido de que o desenvolvimento requer não apenas a mobilização dos recursos materiais de cada país, mas também sua utilização objetiva dentro de um consenso político e social aceito. Este consenso deve basear-se em concepções nacionais, culturais e ideológicas do conhecimento, que incluam a melhoria da qualidade da vida, assim como formas aceitas de medir o crescimento econômico, social e político.

Abordagens inovadoras para a redefinição do problema de desenvolvimento e a subsequente formulação de estratégias terão que levar em conta o estímulo à determinação e autoconfiança nacional, como elementos iniciais de apoio ao árduo processo de crescimento com vistas a um desenvolvimento auto-sustentável. Neste contexto, os conceitos tradicionais do eterno doador e do eterno beneficiário estão claramente superados. Chegamos a uma etapa na história da cooperação internacional em que existe, para todos os países, a possibilidade prática de compartilhar conhecimentos e experiências em empreendimentos cooperativos verdadeiramente internacionais.

Sabemos que há grupos experientes de consultoria no Brasil e na Índia; competentes planejadores econômicos no Kuwait e no Paquistão; qualificados administradores públicos em Gana; competentes especialistas em pesca em Cuba e nas Filipinas; peritos em tecnologia industrial na Argentina; qualificados especialistas em silvicultura na Malásia; destacados centros de administração na Costa Rica, no Sudão e na Venezuela; e instituições de pesquisa em muitos países, que poderiam trazer contribuição ímpar aos países em desenvolvimento. Sabemos também que frequentemente essas capacidades não são plenamente utilizadas nem em seus países, nem fora deles.

Até agora, contudo, não houve nenhuma tentativa séria no sentido de se avaliar estas capacidades, em escala mundial, nem tampouco as necessidades dos países em desenvolvimento, a fim de se determinar a forma mais apropriada de aplicação de tais recursos aos muitos e variados problemas que encontramos atualmente no desenvolvimento internacional.

Recursos disponíveis importantes não são incorporados ao processo de desenvolvimento no momento oportuno e, em consequência os fundos que os países mais e menos desenvolvidos utilizam para criar esses recursos, não produzem os retornos correspondentes.

O sistema de cooperação técnica das Nações Unidas que tem por objetivo obter seus insumos técnicos nas bases mais amplas possíveis, não tem alcançado pleno êxito. Com efeito, apesar dos excelentes resultados dos últimos anos, o Relatório Anual do Adminis-

trador, do United Nations Development Program (UNDP), para 1972 assinala que 15 países industrialmente avançados que aportam 88% do total de contribuições voluntárias ao sistema das Nações Unidas, proporcionam, por sua vez, a um total de 118 países em desenvolvimento, 66% do *know-how*, 87% do material e dos equipamentos, 66% dos serviços de consultoria e 62% das instituições voltadas para treinamento.

O Terceiro Mundo e os países não-alinhados não ignoram essas discrepâncias, conforme o demonstram a sua participação mais ativa e coerente nos assuntos internacionais. Nas conferências de Georgetown e Bamako e, mais recentemente, em Argel e nas Nações Unidas, os países não-alinhados destacaram a auto-suficiência e a cooperação mútua para atacar os problemas do desenvolvimento com o objetivo de romper a habitual dependência técnica e econômica que caracteriza a atual economia mundial e os sistemas técnicos e científicos a ela relacionados.

1. Medidas adotadas pelas Nações Unidas

Nas Nações Unidas, a busca de formas novas e inovadoras para fomentar o desenvolvimento tem-se caracterizado por uma crescente consciência da necessidade de incorporar os países em desenvolvimento a uma variedade mais extensa de papéis. Durante a Assembléia Geral de 1972, uma resolução proposta pela Argentina autorizou o UNDP a convocar um Grupo de Trabalho especial para examinar maneiras pelas quais os países em desenvolvimento “compartilhem suas capacidades e experiências a fim de aumentar e melhorar a assistência para o desenvolvimento” e para “estudar as possibilidades e vantagens relativas da cooperação técnica regional e inter-regional entre países em desenvolvimento”.¹

Em resposta a esta resolução, o Conselho de Administração do UNDP, na sua 159ª sessão, constituiu um Grupo de Trabalho sobre Cooperação Técnica. Este grupo deveria “constituir-se de técnicos intergovernamentais para representar principalmente países em desenvolvimento de diferentes regiões e de diferentes níveis de desenvolvimento, ao mesmo tempo, incluir representantes de países desenvolvidos que tenham experiência e interesse relevantes no campo da assistência para o desenvolvimento”. A composição original incluía técnicos de 13 países; este número aumentou posteriormente para 19 a fim de assegurar uma representação geográfica adequada, bem como para beneficiar-se da experiência de

¹ Assembléia Geral das Nações Unidas, Resolução 2 974 (XXVII) de 5 de janeiro de 1973.

países em diferentes fases de desenvolvimento.² Além disso, 42 Estados-Membros, oito órgãos das Nações Unidas, seis órgãos especializados e dois intergovernamentais, enviaram observadores às reuniões.

Muitos desses observadores participaram das discussões e contribuíram para as deliberações do Grupo de Trabalho com informações, dados e outros estudos. Portanto, o grupo contava com ampla representação de uma grande variedade de pontos de vista políticos, ideológicos, econômicos e administrativos, procedentes de países e organizações com vasta experiência em todos os aspectos do processo de desenvolvimento.

O desafio que enfrentava o grupo era de proporções consideráveis. Teria de definir objetivos claros que lhe assegurassem um papel construtivo; centralizar-se em problemas-chave extraídos dentre os muitos e diferentes enfoques que lhe fossem apresentados; e selecionar suas recomendações partindo da interação dinâmica dos pareceres eruditos e competentes de seus membros, observadores e pequeno grupo de assessores. Teria, além disso, de delinear estas recomendações de forma a assegurar sua aprovação pelo Conselho de Administração e, em última instância, pela Assembleia Geral. A complexidade de tais problemas somente a longo prazo poderia igualar-se à transcendência do esforço.

2. O Grupo de Trabalho aceita o desafio

O grupo iniciou suas deliberações esclarecendo que a cooperação técnico-científica entre países em desenvolvimento não pretendia substituir os atuais programas bilaterais e multilaterais, nem com eles competir. O objetivo global consistia em encontrar meios para aumentar o fluxo total de recursos para o desenvolvimento e não, simplesmente, modificar suas proporções. Ademais, os esforços do Grupo de Trabalho iriam orientar-se no sentido do necessário aperfeiçoamento do fluxo de informações entre países em desenvolvimento e da aplicação de recursos insuficientemente utilizados para as atividades relacionadas com o desenvolvimento.

Logo de início o grupo solicitou um estudo das atuais correntes de cooperação técnica entre países em desenvolvimento. Este estudo, dirigido pelo UNDP com a assistência dos Governos-Membros e de Representantes Residentes que puderam prestar colabo-

² O Grupo de Trabalho foi finalmente composto de representantes dos seguintes países: Afeganistão, Argentina, Bélgica, Brasil, Cuba, Equador, Egito, República Federal da Alemanha, Índia, Holanda, Nigéria, Filipinas, Senegal, República Unida da Tanzânia, URSS, Alto-Volta, Venezuela, República do Iêmen, Iugoslávia.

ração, representa a primeira tentativa de identificar o fluxo de recursos técnicos entre os países em desenvolvimento.³

O grupo prosseguiu identificando os problemas críticos que, na atualidade, impedem a cooperação que se pretendia fomentar. Entre os mais importantes fatores discutidos encontravam-se os seguintes:

1. A notória insuficiente comunicação e informação a respeito das capacidades científicas e tecnológicas dos países em desenvolvimento.
2. Uma variedade de políticas e procedimentos predominantes por parte dos países doadores e organizações internacionais que dificultam a utilização de técnicos e serviços de treinamento, e equipamento e firmas consultoras dos países em desenvolvimento.
3. A "barreira de atitudes" existente nos países em desenvolvimento, que tende a favorecer a utilização de técnicos, serviços de treinamento, de consultoria, e a compra de material e de equipamento procedentes de países desenvolvidos.
4. A escassez de divisas.
5. A alocação de recursos, a formulação de projetos e as normas de aprovação existentes no UNDP, os quais retardam a aprovação de novos projetos regionais e tornam muito difícil a aprovação dos inter-regionais.
6. A ausência de mecanismos institucionais adequados para promover a assistência mútua entre países em desenvolvimento.

Uma análise das respostas obtidas no estudo das atividades de cooperação técnica dos países em desenvolvimento mostrou que a soma dos recursos orientados a tais atividades representa, em termos absolutos, uma fonte significativa que pode ser aproveitada pelos países menos desenvolvidos. Além disso, o estudo mostrou a existência de oportunidades extraordinárias para a expansão de uma grande variedade de atividades. A maior parte da cooperação técnica dos países em desenvolvimento ocorre em escala regional e sub-regional, através de bolsas, oportunidades de treinamento e intercâmbio de professores ou profissionais. Equipamentos e serviços de consultoria são também fornecidos para a construção de fábricas, de hospitais, projetos de irrigação etc. Nos anos recentes também foram criadas importantes instituições regionais e sub-regionais para atender aos principais aspectos da atividade para

³ Documento UNDP, DP/WGTC/L. 2/add. 1

o desenvolvimento. Existe, portanto, o precedente sobre o qual construir, como também um potencial de recursos para ser mobilizado se forem desenvolvidos os instrumentos adequados para facilitar os programas necessários.

Com base nos estudos preliminares e uma ampla discussão, o Grupo de Trabalho começou a selecionar os problemas específicos nos quais deveria concentrar-se. Esses problemas estavam relacionados com estruturas institucionais, recursos financeiros e procedimentos administrativos por meio dos quais um programa dessa complexidade e importância poderia ser promovido. Necessitava-se de inovações e medidas do tipo catalisador que pudessem fornecer o impulso indispensável para aumentar o total de recursos alocados aos programas de desenvolvimento. Tais medidas teriam de se concentrar no aumento das comunicações horizontais entre países, zonas e regiões e teriam o propósito de estimular uma ampla cooperação por parte de muitas organizações diferentes, tanto dentro como fora do sistema das Nações Unidas.

Uma vez conseguido um consenso a respeito desta ampla delimitação da área de interesse, várias categorias de questões operacionais tiveram de ser consideradas profunda e detalhadamente.

Deveria o atual mecanismo do UNDP ser usado simplesmente como centro de intercâmbio de informação e, deste modo, facilitar o contato bilateral entre países? Deveria o atual mecanismo institucional ser modificado para levar em conta as necessidades especiais desse programa e promover maior comunicação horizontal? Deveria ser estabelecida uma organização especial que se encarregasse da promoção da variedade de contatos e atividades necessárias? Deveria esta organização estar dentro do UNDP, dentro do sistema das Nações Unidas, ou totalmente fora dele?

Os problemas de tipo financeiro eram igualmente complexos. De onde sairiam os recursos para programas mais intensivos de cooperação mútua entre os países menos desenvolvidos? De que forma se poderia pagar aos conselheiros, aos técnicos, e em que nível? Nacional ou internacional? Como seriam cobertos seus gastos de viagem? De que forma se financiaria e organizaria o apoio administrativo necessário? Como se financiaria o mecanismo global de assistência para o intercâmbio de bolsistas, consultores e técnicos? Que medidas poderiam ser tomadas com relação ao problema de moedas conversíveis? Como seriam encarados os custos cambiais? Poderia ser estabelecido um sistema multilateral de contribuição em espécie? Poderiam ser aumentados os indicadores numéricos de planejamento⁴ regional e inter-regional, a fim de

⁴ Indicadores numéricos de planejamento estabelecidos pelo UNDP para programas de cooperação técnica entre países.

proporcionar recursos para o programa? Como poderia o sistema proporcionar incentivos para assegurar um crescente nível de assessoramento, de técnicos e de bolsistas, e programas conjuntos de pesquisa e outras formas de cooperação técnica?

Finalmente, em vista do número de países e organizações participantes, um terceiro conjunto de problemas relacionados com a complexidade dos mecanismos administrativos existentes requeria consideração. Como se poderiam avaliar as necessidades e capacidades dos países em desenvolvimento? Como se poderia estabelecer um sistema de referência informativa? Como se poderia converter as relações de técnicos atualmente mantidas por vários organismos internacionais em algo mais representativo da capacidade técnica existente nos países em desenvolvimento? Como e com que critérios seriam determinadas as necessidades nacionais, regionais e inter-regionais? Como se poderiam estabelecer normas de avaliação e de autocontrole do sistema? Como se poderia multiplicar sua eficácia e introduzir aperfeiçoamentos na medida das necessidades?

Sem pretender dar respostas exaustivas a todas essas complexas perguntas, o Grupo de Trabalho abordou a maioria delas no decorrer de um ano durante o qual foram realizadas três sessões formais de duas semanas de duração cada uma. Essas reuniões basearam-se no trabalho do pessoal de apoio e em estudos, análises e no exame da documentação submetida à consideração do grupo por parte de membros observadores e muitas organizações internacionais interessadas nas atividades do grupo. Depois de extenso estudo, revisão e detalhadas discussões das diversas versões, o Grupo de Trabalho, sob a dinâmica e competente direção de seu presidente, com a destacada colaboração do relator, apresentou seu relatório ao Conselho de Administração em junho de 1974; o Conselho o aprovou e o enviou à Assembléia Geral das Nações Unidas.

3. O relatório e as recomendações

O relatório final do Grupo de Trabalho expôs os princípios e objetivos definidos para um novo sistema de cooperação técnica internacional, enumerou uma extensa série de recomendações que tornaram possível os passos iniciais com vistas à implantação do sistema, e recomendou o imediato estabelecimento de uma unidade dentro do UNDP com o objetivo de dar o impulso necessário para as ações cooperativas iniciais dentro do sistema das Nações Unidas para o desenvolvimento.

O relatório concebe a cooperação técnica entre países em desenvolvimento como parte integrante do esforço total que, devido ao seu caráter especial, deveria constituir uma nova dimensão para o esforço para o desenvolvimento.

O contexto no qual o sistema é concebido destaca a cooperação mútua e elimina a noção tradicional de um grupo de nações doadoras e outro grupo de países recebedores. A ajuda mútua entre estes últimos se estabelece como objetivo principal na sua mais ampla e flexível interpretação.

Entre os objetivos mais específicos estabelecidos pelo grupo estão os seguintes:

1. Utilizar novos recursos e multiplicar o efeito das atuais atividades de cooperação para o desenvolvimento.
2. Melhorar as comunicações, o conhecimento e a coordenação de procedimentos em vigor.
3. Fomentar a adaptação e o intercâmbio daquela tecnologia de especial interesse para os países em desenvolvimento.
4. Incrementar o grau de auto-suficiência dos países em desenvolvimento, assim como fomentar a confiança em suas próprias capacidades e recursos.

As recomendações do relatório do grupo são extensas e cobrem uma ampla gama de linhas de ação que podem ser adotadas pelo UNDP, pelo sistema das Nações Unidas e, igualmente, pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Contudo, essas recomendações podem ser divididas arbitrariamente em três categorias principais, através de uma análise das propostas de ação mais destacadas que surgem do relatório.

Em primeiro lugar, há um reconhecimento do caráter primordialmente bilateral da cooperação técnica entre países em desenvolvimento e da necessidade de um consciente e contínuo apoio ao mesmo. Isto requereria a modificação de alguns dos procedimentos adotados pelas Nações Unidas para facilitar o processo. Em segundo lugar, o relatório propõe a criação de "Centros de Coordenação" nos Governos-Membros e dentro dos organismos das Nações Unidas, para contar com núcleos onde toda informação e todo esforço possam ser concentrados a fim de levar a cabo as atividades recomendadas. Em terceiro lugar, o relatório recomenda a criação de uma Unidade Especial no Gabinete do Administrador do UNDP para promover, coordenar, colaborar na execução das recomendações e, quando necessário, fomentar outras atividades destinadas a alcançar os objetivos desejados.

A. Apoio aos Programas Bilaterais

As recomendações incluídas na primeira categoria enfatizam a importância de ações já encetadas por parte de determinados países, e a importância de se adotar medidas que, gradualmente, reduzam as barreiras que hoje impedem um maior intercâmbio entre países em desenvolvimento. As recomendações sugerem também que as Nações Unidas tenham flexibilidade financeira para fornecer insumos-chave que facilitarão e complementarão programas iniciados pelos próprios países em desenvolvimento.

Estas recomendações propõem, além disso, que os projetos nacionais, regionais e inter-regionais se ampliem quando beneficiem outros países em desenvolvimento.

As recomendações propõem como objetivo desejável que se utilizem de 1/4 a 1/3 dos fundos globais e internacionais do UNDP para que, até o final da década, seja incrementada a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento.

As recomendações também propõem que sejam tomadas, por parte das Nações Unidas, medidas práticas capazes de assegurar uma participação mais efetiva dos países em desenvolvimento no fornecimento de insumos para o sistema de cooperação técnica. Com este fim recomenda, entre outras coisas, que a lista de pessoal procedente de países em desenvolvimento se amplie e se mantenha atualizada, e que 50% dos técnicos oferecidos às nações para projetos das Nações Unidas sejam de países em desenvolvimento.

Recomendações adicionais solicitam dos Representantes Residentes do UNDP que prestem especial atenção à capacidade dos países em desenvolvimento para oferecer cooperação técnica. Deveriam, também, prover o UNDP de serviços para o aperfeiçoamento de técnicos júnior dos países em desenvolvimento, com o objetivo de valorizar os recursos humanos desses países para a execução e administração de tais programas.

B. A criação de Centros de Coordenação

Com o objetivo de estabelecer pontos de referência nos governos dos países em desenvolvimento e em todas as outras organizações que participem do desenvolvimento desta atividade, o Grupo de Trabalho recomendou a indicação de centros de coordenação para facilitar a comunicação, a informação e as iniciativas relacionadas com os programas. Estes centros de coordenação se encarregariam da coleta de informações, sua difusão aos destinatários apropriados e da adoção das medidas necessárias para incrementar o intercâmbio e elaborar projetos e programas específicos.

Nos países em desenvolvimento, estes centros de coordenação seriam localizados dentro da administração pública central, em órgãos tais como o Ministério das Relações Exteriores, do Planejamento ou outra importante instituição nacional encarregada de coordenar a cooperação internacional e de prestar ou receber cooperação técnica. Sempre que houver solicitação, o UNDP auxiliará a organização e o desenvolvimento desses centros de coordenação.

O grupo recomendou que se estabelecessem centros de coordenação nos diferentes órgãos e organizações do sistema das Nações Unidas, para fornecer informações específicas mediante coleta, intercâmbio e difusão desses dados aos países-membros e outras organizações participantes que pudessem deles se beneficiar. Os diferentes centros nacionais de coordenação formariam, em conjunto, uma rede internacional de informação e cooperação e serviriam para promover e apoiar o intercâmbio e os programas concebidos pelo Grupo de Trabalho.

C. A criação de uma Unidade Especial dentro do UNDP

O Grupo de Trabalho solicitou a criação imediata de uma Unidade Especial dentro do Gabinete do Administrador do UNDP que serviria como órgão central para promover, coordenar e auxiliar os países e as organizações na aplicação de suas recomendações.

As funções mais importantes da Unidade Especial seriam:

1. Ajudar os governos na preparação de planos específicos para promover a cooperação com outros países em desenvolvimento a fim de organizar centros de coordenação, facilitar o processo de capacitação dos profissionais dos países em desenvolvimento e outros serviços que os governos pudessem solicitar com o objetivo de iniciar com toda rapidez, os programas recomendados.
2. Coordenar essas atividades dentro do UNDP e, entre este e outros organismos, desenvolver canais de comunicação e estabelecer um sistema de informações destinado a desenvolver esta nova forma de cooperação internacional.
3. Desenvolver a cooperação dentro do sistema das Nações Unidas de modo a gerar novas idéias, conceitos e enfoques que venham a promover tanto um maior intercâmbio de informações como o desenvolvimento de projetos e programas.
4. Organizar e dirigir simpósios, seminários e grupos de trabalho internacionais, acompanhar as mudanças produzidas, infor-

mar sobre os progressos, desempenhar funções de agente catalisador, assinalando deficiências e sugerindo medidas que pudessem ser tomadas, e estimular novas iniciativas.

4. O desafio para o futuro

Como em todas as abordagens inovadoras, são imensos os esforços combinados para alcançar, de comum acordo, um conjunto de propostas concretas provenientes de uma ampla variedade de participantes. Contudo, os estudos, propostas, análises e discussões oferecem uma base para construir um sistema de informação, senão de ação, com a cooperação e o apoio daqueles que tenham participado das fases iniciais de planejamento.

Muito especialmente, o processo tem demonstrado que o sistema das Nações Unidas ainda pode cruzar barreiras econômicas e ideológicas para proporcionar um marco inovador e dinâmico que aumente o intercâmbio de conhecimentos técnicos entre todos os países, incorpore novos recursos e gere um novo espírito de cooperação no processo, cada vez mais complexo, de desenvolvimento.

A responsabilidade pelos esforços iniciais necessários ao estabelecimento de base de ação e à mobilização de apoio internacional recairá, fundamentalmente, sobre a Unidade Especial do UNDP. O êxito de seus esforços dependerá de que esta unidade encontre apoio no nível mais alto do sistema das Nações Unidas para o desenvolvimento bem como consiga a cooperação dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Contudo, a inclusão, entre as recomendações do grupo, da organização de simpósios em escala regional e mundial, como meio de geração de idéias e apoio, deverá iniciar o processo de desenvolvimento da visibilidade necessária para ampliar a esfera de cooperação. Na medida em que os países atentem para o potencial de alta qualidade com relação a recursos humanos e materiais, especificamente aplicáveis, e com frequência menos onerosos e que estejam disponíveis em outros países em desenvolvimento, pequenas brechas começarão a existir na chamada "barreira de atitudes" que impede a cooperação entre países em desenvolvimento. A medida que sejam organizados os mecanismos administrativos e institucionais e superados os obstáculos referentes à implementação, o UNDP estará em condições de mostrar estes exemplos como forma de estimular um interesse maior neste estilo de cooperação internacional.

Com esta nova abordagem pode-se acabar gradualmente com as destrutivas diferenciações entre doadores e beneficiários, prestando uma colaboração ao urgente processo de atualização dos conceitos e procedimentos que regem a cooperação técnica.

Não pode haver dúvidas quanto à complexidade e magnitude da tarefa ou sobre a necessidade absoluta de um gradual e sólido progresso até novos modelos de cooperação internacional que prevejam um intercâmbio dinâmico de informações tendente a criar novos vínculos entre os países em desenvolvimento. Novos e criativos programas de ação deverão ter início para manter o impulso proporcionado pelo consenso e recomendações do Grupo de Trabalho e das decisões do Conselho de Administração do UNDP e da Assembléia Geral.

A situação atual apresenta uma oportunidade única. Os benefícios potenciais para todos os interessados superam os esforços necessários para edificar sobre as frágeis raízes do presente, convertendo as propostas do Grupo de Trabalho em um sistema operacional que una, dinamicamente, o Terceiro Mundo.

Diapositivos da Unesco para educação artística

Uma coleção de **slides** que ilustra as concepções e os métodos atuais de ensino artístico. Cada série contém 30 **slides** e um livreto onde são encontrados textos explicativos sobre cada foto e uma introdução geral ao assunto tratado pela série.

Séries:

1. Brincar, explorar, perceber, criar.
2. O adolescente e a arte em três dimensões.
3. O despertar do interesse visual e plástico na educação artística.
4. A arte das crianças do Japão.
5. Desenho Industrial.
6. A arquitetura moderna no mundo.
7. As cartas gráficas a serviço da informação visual no mundo.
8. A arte das crianças africanas.
9. A arte das crianças da América Latina.

A venda nas livrarias da Fundação Getúlio Vargas
representante da Unesco no Brasil.